

RECURSO ESPECIAL Nº 1.780.504 - RS (2018/0301972-1)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
RECORRENTE : ADAURI MACHADO PACHECO
RECORRENTE : CECI MARTINS MENEGHETTI
RECORRENTE : DANILO PEDROSO DE OLIVEIRA
RECORRENTE : DELVINO RIGO SIMION
RECORRENTE : EDIMA ELI ORLANDINI
RECORRENTE : EUCLIDES RITA DA SILVA
RECORRENTE : FRANCISCO SAMUEL VIEIRA FILHO
RECORRENTE : JAIR HONORIO DA SILVA
RECORRENTE : JORGE DANUBI MARTINS MARISCO
RECORRENTE : VERONICA FLORIANO BARBIERI
ADVOGADO : LUIZ CARLOS MARQUES JÚNIOR E OUTRO(S) - RS086186
RECORRIDO : BANESPREV FUNDO BANESPA DE SEGURIDADE SOCIAL
ADVOGADOS : MARCO ANTONIO BEVILAQUA - SP139333
JULIANO NICOLAU DE CASTRO E OUTRO(S) - SP292121
MATHEUS CIDADE - RS090397

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

Apelação cível. Previdência privada. Ação ordinária. Não se aplica o CDC à relação jurídica vigente entre a entidade de previdência privada fechada e seus participantes. Descontos na complementação de aposentadoria em razão da revisão do benefício recebido pelo INSS.

Ausência de ilegalidade. Manutenção da paridade. Havendo reajuste da aposentadoria pela previdência oficial, possível a redução da complementação por parte da fundação tendo em vista expressa previsão regulamentar acerca da observância do valor pago pelo INSS no cálculo da suplementação. Revisão do benefício indevida. Observância do regulamento.

Necessidade de prévia fonte de custeio. Apelo não provido.

Em suas razões do recurso, a parte recorrente sustentou violação ao artigo 330, I, do Código de Processo Civil de 1973, em razão do cerceamento de defesa. Aduziu contrariedade ao artigo 75 da Lei Complementar nº 109/2001, visto que a prescrição não atinge o fundo de direito. Apontou ofensa aos artigos 103, parágrafo único, da Lei nº 8.213/91; 42, § 2º, da Lei nº 6.435/77; e 21, § 2º, do Decreto nº

81.240/78, tendo em vista a ilegalidade da redução nominal dos proventos de complementação de aposentadoria pagos por entidade fechada de previdência privada em razão do reajuste concedido pelo INSS.

Analisando os pressupostos de admissibilidade do presente recurso, verifico que esse não merece conhecimento.

Nos termos do disposto no artigo 932, III, do novo Código de Processo Civil, incumbe ao relator, de forma singular, negar seguimento a recurso inadmissível.

Da leitura dos autos, verifico que as alegações de violação o artigo 130 do Código de Processo Civil de 1973, não merecem acolhida.

Isso porque todas pretendem rediscutir a justiça da técnica da decisão do acórdão recorrido. Como sabido, o julgador é o destinatário das provas, cabendo a ele decidir de forma soberana a formar seu convencimento.

Dessa forma, afastar a conclusão a que chegou o acórdão recorrido, de que é desnecessária a produção de prova pericial, visto que as questões se encontram documentalmente comprovadas nos autos, esbarraria no óbice contido na Súmula nº 7, desta Corte.

Nesse sentido:

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE. LITISCONSÓRCIO ATIVO NECESSÁRIO. INEXISTÊNCIA. CERCEAMENTO DE DEFESA. PROVA TESTEMUNHAL. SÚMULA Nº 7/STJ. LITISCONSÓRCIO PASSIVO NECESSÁRIO UNITÁRIO. CONFIGURAÇÃO. PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL. ANULAÇÃO. REGISTRO. VENIRE CONTRA FACTUM PROPRIUM. NÃO OCORRÊNCIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. A controvérsia gira em torno das seguintes questões: (i) necessidade de a esposa do recorrido integrar o polo ativo da ação; (ii) ocorrência de cerceamento de defesa por não ter sido deferida a produção de prova testemunhal; (iii) cabimento da ação declaratória de nulidade de sentença para desconstituir julgado em que não houve a intimação de litisconsorte passivo necessário; (iv) verificação da exigência de formação de litisconsórcio passivo necessário nas ações originárias; (v) apuração da existência de comportamento contraditório por parte do recorrido e (vi) o valor fixado a título de

honorários advocatícios.

2. O objeto da ação declaratória de nulidade, também denominada querela nullitatis, é declarar a inexistência de uma sentença proferida em processo no qual não estejam presentes os pressupostos processuais de existência. Sob esse aspecto não se pode falar em lide que versa sobre direitos reais imobiliários para fins de formação do litisconsórcio ativo necessário a que alude o artigo 10 do CPC/1973, ainda que o processo em que proferida a sentença tida por inexistente tenha essa natureza. 3. Rever o entendimento da Corte de origem no sentido de ser desnecessária a produção de prova testemunhal dada a suficiência dos documentos juntados aos autos esbarra na censura da Súmula nº 7/STJ.

4. Se o provimento da demanda principal depende da prévia declaração de nulidade de registro público de compra e venda de imóvel, é imprescindível a citação do proprietário que consta na matrícula, pois terá sua esfera jurídica diretamente atingida pela sentença. Trata-se de hipótese de litisconsórcio passivo necessário.

5. Nos termos da jurisprudência desta Corte, a querela nullitatis é instrumento hábil para debater a falta de citação de litisconsorte necessário em demanda transitada em julgado.

6. Não se verifica a existência de comportamento contraditório do autor que, ciente da alteração na titularidade de bem imóvel de sua propriedade, tomou as providências pertinentes para solucionar a questão.

7. A fixação da verba honorária cabe às instâncias ordinárias, visto que resulta da apreciação dos elementos fáticos presentes nos autos, motivo pelo qual é insuscetível de revisão em recurso especial quando fixada de forma proporcional e razoável, a teor da Súmula nº 7/STJ.

8. Recurso especial parcialmente conhecido e não provido.

(REsp 1677930/DF, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/10/2017, DJe 24/10/2017)

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. APRECIÇÃO DE PROVA. PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO. ART. 131 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO OCORRÊNCIA. PREJUÍZOS DECORRENTES DE INCÚRIA DA FORNECEDORA. NÃO CONFIGURAÇÃO. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA DA LIDE. SÚMULA 7/STJ.

NÃO PROVIMENTO.

1. Como destinatário final da prova, cabe ao magistrado, respeitando os limites adotados pelo Código de Processo Civil, a interpretação da produção probatória, necessária à formação do seu convencimento.
2. Inviável o recurso especial cuja análise impõe reexame do contexto fático-probatório da lide (Súmula 7 do STJ).
3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 771.361/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 10/5/2016, DJe 18/5/2016)

Da análise dos autos, observo que o Tribunal de origem decidiu em consonância com o entendimento pacificado nesta Corte, razão pela qual o recurso especial esbarraria no óbice sumular nº 83, do STJ, aplicável aos recursos interpostos com base em ambas as alíneas (AgInt no AREsp 720.037/SC, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 3/5/2016, DJe 11/5/2016).

É o que se depreende da leitura do seguinte trecho (fls. 751/757 e-STJ):

“O Regulamento do Plano de Benefícios prevê a observância da paridade entre os empregados ativos e os inativos, estabelecendo a revisão da complementação nos mesmos moldes e tempo em que houver o reajuste dos vencimentos dos ativos. Da mesma forma, no cálculo da suplementação a ser paga considera o valor recebido pelo assistido pelo INSS, sendo evidente que a revisão do benefício do INSS trará reflexos no valor da complementação, podendo ocasionar, inclusive, sua minoração.

Tenho que os princípios da isonomia e da paridade devem ser consagrados, sendo os norteadores do objetivo da fundação, nos termos do seu estatuto, que visa complementar os benefícios previdenciários dos aposentados.

Nesta hipótese, havendo reajuste pelo INSS, nada impede que a fundação ré reduza os valores da complementação. Da mesma forma, se ocorrer situação inversa, sempre há de ser mantida a isonomia ou paridade, não podendo os jubilados perceberem valores desproporcionais se comparados aos funcionários em atividade.

No caso dos autos, tendo em vista a revisão dos proventos de aposentadoria recebidos pelos autores do INSS, obviamente deve haver a revisão da complementação recebida no período através da

fundação. Pode-se considerar que os valores agora repassados pelo INSS, referentes a período pretérito, na verdade já foram pagos aos autores pela Fundação, sendo descabida a alegação de ilegalidade no procedimento adotado.

(...)

Cumpre salientar que não há qualquer óbice para o desconto do valor pago pelo INSS, pois havendo previsão contratual o valor da complementação deverá observar a variação do benefício oficial a ser deduzido, o que evidentemente em caso de reajuste no benefício recebido pela previdência pública importaria na readequação da complementação paga pela Fundação que tem como reajustes fatores diversos.

Neste sentido, cito precedentes do STJ:

(...)

Assim, diante deste quadro é devido o abatimento dos valores pagos pelo INSS, razão pela qual resta afastado o pleito dos autores.

(...)

Desta forma, a contribuição para o plano foi calculada atuarialmente, considerando as regras para o cálculo do benefício futuro a ser concedido. Assim, havendo alteração da forma de cálculo do benefício, obviamente a reserva matemática acumulada para fazer frente ao pagamento será insuficiente.

Diante deste quadro mostra-se devidamente afastada a alegada necessidade de revisão dos benefícios recebidos.”

Com efeito, observo que os autores da ação pretendem afastar a redução nominal de seus proventos de complementação de aposentadoria promovida pela ora recorrida, em decorrência da alteração do benefício pago pelo INSS.

Ocorre, porém, que a jurisprudência deste Tribunal pacificou-se no sentido de que, nos casos em que os proventos de complementação de aposentadoria correspondem à diferença entre o salário dos empregados em atividade na patrocinadora da entidade fechada de previdência privada e o montante pago pelo INSS (hipótese dos autos), admite-se a redução dos proventos suplementares em decorrência da majoração do benefício oficial. Destaco, a propósito, as seguintes ementas de julgados que examinaram casos absolutamente idênticos de redução de proventos de complementação de aposentadoria em razão da revisão dos benefícios do INSS:

PREVIDÊNCIA PRIVADA FECHADA. RECURSO ESPECIAL.

APRECIÇÃO DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL, EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL. INVIABILIDADE. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. PEDIDO DE REPETIÇÃO DE VERBAS DESCONTADAS DO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO, APÓS O PRAZO PRESCRICIONAL QUINQUENAL. PERDA DA PRETENSÃO. PLANO DE BENEFÍCIOS PREVENDO COMPLEMENTAÇÃO, NO TOCANTE À VERBA RECEBIDA, PELO ASSISTIDO, DA PREVIDÊNCIA PÚBLICA. ALTERAÇÃO DO ORDENAMENTO JURÍDICO PREVENDO O REAJUSTE EM INTERVALO MENOR DA PREVIDÊNCIA OFICIAL. ESTABELECIMENTO, EM VISTA DESSE FATO NOVO RELEVANTE, PELA ENTIDADE PREVIDENCIÁRIA (FUNDO DE PENSÃO), DE NOVA FÓRMULA PARA MANUTENÇÃO DO SOMATÓRIO RECEBIDO DO INSS MAIS BENEFÍCIO COMPLEMENTAR, DE MODO A NÃO IMPLICAR AUMENTO REAL DO BENEFÍCIO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA COMPLEMENTAR. POSSIBILIDADE, EM ESTRITA CONSONÂNCIA COM O SISTEMA DE CAPITALIZAÇÃO, QUE CONSTITUI PILAR DA PREVIDÊNCIA PRIVADA. O ART. 20 DA LEI COMPLEMENTAR N. 109/2001 ESTABELECE O MODO ADEQUADO PARA EFETIVAÇÃO DE AUMENTO REAL DE BENEFÍCIO, QUE NÃO PRESCINDE DA PRÉVIA FORMAÇÃO DE RESERVAS PARA SEU CUSTEIO.

1. Quanto à tese acerca da impossibilidade de desconto de valores retroativos à mudança no reajuste dos benefícios da previdência oficial, isto é, valores que teriam sido "retidos discricionariamente na fonte [...], após a Lei 8.213/1991", consoante a causa de pedir, os descontos remontam a 1992, e a presente ação foi manejada apenas em junho de 2003. Nesse passo, é bem de ver que "[o] art. 75 da Lei Complementar n. 109/2001 prestigia o entendimento consolidado no âmbito do STJ, à luz do ordenamento jurídico anterior à sua vigência, estabelecendo que prescreve em 5 (cinco) anos o direito às prestações não pagas nem reclamadas na época própria, resguardados os direitos dos menores dependentes, dos incapazes ou dos ausentes, na forma do Código Civil". (REsp 1117220/SC, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 17/10/2013, DJe 10/12/2013)

2. O art. 202 da Constituição Federal consagra o regime de financiamento por capitalização ao estabelecer que a previdência privada tem caráter complementar - baseado na prévia constituição de reservas que garantam o benefício contratado -, assim como sua

organização autônoma em relação ao regime geral de previdência social. Todavia, apenas com a Emenda Constitucional n. 20 de 1998, a Carta Magna passou a estabelecer, no art. 202, caput, da CF, a autonomia da previdência complementar.

3. A legislação de regência garante a irredutibilidade do benefício, mas não a concessão, em prejuízo do que fora pactuado, de ganhos reais ao assistido, que já goza de situação privilegiada com relação aos participantes que, a teor do art. 21, § 1º, da Lei Complementar n. 109/2001, poderão, em caso de desequilíbrio atuarial, ver reduzidos os benefícios a conceder.

4. Dessarte, a legislação própria estabelece - em nítido prestígio ao regime de capitalização, que constitui pilar da previdência privada - a fórmula apropriada para aumento real de benefício, contida na regra prevista no art. 20 da Lei Complementar n. 109/2001, estabelecendo que é pela formação de reservas propiciada por fatores variados que, constituído eventual resultado superavitário dos planos de benefícios das entidades fechadas - ao final do exercício, satisfeitas as exigências regulamentares relativas aos mencionados planos -, será destinado à constituição de reserva de contingência, para garantia de benefícios, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor das reservas matemáticas. Constituída a reserva de contingência, com os valores excedentes será estabelecida reserva especial para revisão do plano de benefícios que, se não utilizada por três exercícios consecutivos, determinará a revisão obrigatória do plano de benefícios.

5. Dessarte, como o regulamento do plano de benefícios confere um caráter de complementariedade ao benefício de previdência privada, estabelecendo fórmula que vincula a fixação do benefício complementar ao valor da aposentadoria paga pelo INSS - para manutenção de determinado padrão remuneratório, a partir da soma desses benefícios de natureza diversa -, a mudança operada na previdência oficial para estabelecimento de aumento em periodicidade menor que a de outrora constitui fato novo relevante que, por si só, justifica a conduta da entidade previdenciária (fundo de pensão) de reduzir proporcional e simultaneamente o benefício previdenciário complementar, de modo a manter o mesmo patamar do cômputo das verbas recebidas pelo assistido - evitando-se o inadequado aumento real do benefício.

6. Recurso especial não provido.

(RESP 1.236.590/SC, 4ª Turma, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, DJ 6.11.2015)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. PREVIDÊNCIA PRIVADA. REDUÇÃO DO VALOR NOMINAL DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA. PRINCÍPIO DA IRREDUTIBILIDADE DE BENEFÍCIOS. OFENSA NÃO CONFIGURADA.

1. A compensação dos reajustes concedidos pelo INSS ao benefício percebido ante a sua aposentadoria no regime geral de previdência na complementação adimplida pela entidade de previdência privada não fere o princípio da irredutibilidade de benefícios, pois a renda total do beneficiário não sofre alterações.

3. Atente-se, ainda, aos regulamentos do plano de custeio e benefícios e, especialmente, à finalidade última em face da qual se celebrou o contrato de previdência complementar, qual seja, a manutenção da paridade da remuneração entre ativos e inativos. A alteração de plano levada a efeito por vontade do participante, sem que evidencie vício de vontade quando da contratação, há de ser observada. Precedente específico.

4. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no RESP 1.381.866/SC, Rel. Ministro 3ª Turma, Paulo de Tarso Sanseverino, DJ 12.8.2015)

No mesmo sentido: AgRg no RESP 1.461.517/RS, Quarta Turma, Rel. Ministra Isabel Gallotti, DJe 19.11.2015 e RESP 1.386.183/SC, Terceira Turma, Rel. Ministro Moura Ribeiro, DJe 9.4.2015).

Ademais, a alteração das premissas fixadas pelo Tribunal de origem implicaria, necessariamente, a análise de cláusulas contratuais e o reexame do contexto fático-probatório, o que é vedado nesta via do recurso especial, em razão dos óbices contidos nas Súmulas nº 5 e 7, do STJ:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. PREVIDÊNCIA PRIVADA. ENTIDADE FECHADA. MAJORAÇÃO DO BENEFÍCIO DO INSS. REDUÇÃO DOS PROVENTOS DE APOSENTADORIA. POSSIBILIDADE. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ.

1. A alteração da conclusão do acórdão recorrido no sentido de que os proventos de complementação de aposentadoria do autor dá ação correspondem à diferença entre o salário dos empregados em

atividade na patrocinadora da entidade fechada de previdência privada e o montante pago pelo INSS, encontra óbice nas Súmulas 5 e 7 do STJ. 2.

Nos casos em que os proventos de complementação de aposentadoria correspondem à diferença entre o salário dos empregados em atividade na patrocinadora da entidade fechada de previdência privada e o montante pago pelo INSS (hipótese dos autos), admite-se a redução dos proventos suplementares em decorrência da majoração do benefício oficial.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgRg no Ag 1318486/DF, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 14/3/2017, DJe 20/3/2017)

Por fim, não fazendo jus à revisão do benefício, imperioso concluir que a análise das alegadas violações ao artigo 75 da LC nº 109/2001 se encontra prejudicada.

Em face do exposto, não conheço do recurso especial.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora